



PROC. N.º 030/92
Fol. 002
Mital

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Ofício nº 022 /GP/92

Em, 03 de fevereiro de 1992.


Senhor Presidente,

Estamos encaminhando à essa Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 341 de 03 de fevereiro de 1992, que Altera os dispositivos da Lei nº 323 de 07 de Junho de 1991, para que receba a douta análise e deliberação dessa Casa de Leis.

Solicitamos de Vossa Excelência, que a presente matéria seja votada em regime de urgência.

Na oportunidade, reiteramos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

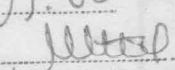

JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

EXMº SR.

Jasmo Pereira de Castro

Presidente da Câmara Municipal

Ouro Preto do Oeste - RO.

CÂMARA MUNICIPAL DE OUR. PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO EM:	07/02/92
HORAS:	11:00
	
CHEFE	



Proc. n.º 030/92
fis. 003
Jltop

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Mensagem nº 366

De 03 De Fevereiro De 1992.

Exmº Sr. Presidente,
Exmºs Srs. Vereadores,

Apraz-nos encaminhar a essa Douta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 371 de 03 de Fevereiro de 1992, que altera os dispositivos da Lei nº 323, de 07 de Junho de 1991, a fim de que seja analisado e deliberado por Vossas Excelências.

Com o advento da Lei nº 8.069/90 teve origem em toda a Federação a criação de Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente.

A mesma Lei trouxe também a inovação de criação em cada Município, de Conselhos Tutelares.

Fez menção à forma de criação dos Conselhos Tutelares, que seria via eleição popular, preliminarmente.

Verificou-se posteriormente as implicações de eleições populares, envolvendo grande aparato instrumental, pessoal e dinheiro para custeá-la. Seria o custo similar a uma eleição para Prefeito e Vereadores.

Para o Município isso seria praticamente impossível vez que sua receita é pequena e seus compromissos são muitos.

À vista das consequentes dificuldades produzidas pelo sistema de eleição popular, foi editada a Lei nº 8.242 de 12 de Outubro de 1991 que, em seu artigo 10, alterou a redação dos artigos 132 e 139 da Lei nº 8.069/90, eliminando o sistema de eleição

CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO EM	04/02/92
HORAS	11:00
Jltop	
CIDE	



Proc. n.º 030/92
Fol. 004
Muro

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Fl.02

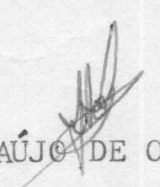
popular e facultando ao Município a criação do seu próprio sistema.

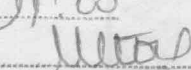
O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, reunido em sessão ordinária, aprovou a alteração proposta do novo procedimento de escolha dos Membros do Conselho Tutelar, o qual é visto a partir do artigo 11 do Projeto de Lei nº .

Devo salientar que a questão do menor inflator as cende a cada dia, causando maior preocupação aos administradores públicos, razão pela qual submetemos a presente matéria à análise dos Pares dessa Casa de Leis, rogando pela sua análise e votação em regime especial.

No ensejo agradecemos.

Palácio dos Pioneiros.


JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO EM	04, 02, 92
HORAS	11:00
	
CHEFE	



CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE	04.02.92
RECEBIDO	11:00
HORAS	
Mutor	
CHEFE	

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Projeto de Lei nº 341

De 03 De Fevereiro De 1992.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA
LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE
1991, E DÁ OUTRAS PROVIDEN-
CIAS."

PROJ. Nº 030/92

FOL. 005
Mutor

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Oeste.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 323 de 07 de Junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

" CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no Município, far-se-á através de:

I - Políticas Sociais Básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que asseguram o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - Política e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - Serviços Especiais, nos termos desta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO	04 02 92
HORAS	11:00
Assinatura: <i>[assinatura]</i>	
CARIÓTIPO	

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

PROC. N.º 030/92
Fis. 006
[assinatura]

Fl.02

Parágrafo único - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Tutelar.

Art. 4º - O Município poderá criar os programas e serviços a que referem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

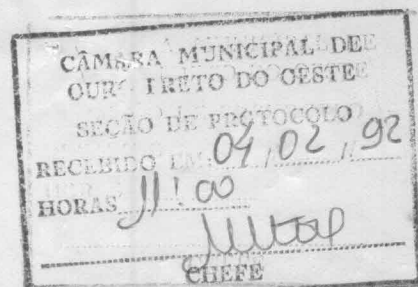
- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam a:

a) prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

b) identificação e localização dos pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) proteção jurídico-social.



Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Fl.03

PROC. N.º 030/92
fcs. 007
M. S. P.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete da Prefeita, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II da Lei nº 8.069/90.

Parágrafo único - O Conselho administrará o fundo de recursos destinados ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador dos recursos que o constitui, abaixo discriminados:

I - Pela dotação consignada anualmente no Orçamento do Município, para Assistência Social voltada à criança e ao adolescente;

II - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

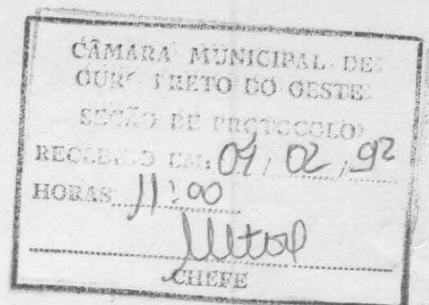
III - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações cíveis ou imposições de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;

V - Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital;

VI - Por outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é composto de dez (10) membros sendo:



Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Proc. n.º 030/92
Fol. 008
Jltop

F.04

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
- IV - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- V - Um representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social;
- VI - Cinco representantes de entidades não governamentais, podendo ser filantrópicas, religiosas, associações e sindicatos.

§ 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias, serão indicados pelo Prefeito Municipal dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de vinte dias, contado da solicitação para nomeação pelo Conselho.

§ 2º - Os representantes de organizações da sociedade civil, serão eleitos pelo voto das entidades de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sede no Município, reunida em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na forma prevista na Lei Orgânica do Município, e no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação e posse pelo Conselho.

§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes, exercerão mandato de (03) três anos, admitindo-se a renovação por uma vez e por igual período.

§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.



CÂMARA MUNICIPAL DE
OURO PRETO DO OESTE
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO 04.06.92
HORAS 11:00
LUIZ
CHEFE

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Proc. n.º 630/92

fcs. 609

Fl. 05

§ 6º - A nomeação e posse do primeiro Conselho, far-se-á pela Prefeita Municipal, obedecida a origem das indicações.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execuções;

II - Opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;

III - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, a que se refere os incisos II e III do artigo 3º desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

IV - Elaborar seu Regimento Interno;

V - Solicitar as indicações para o preenchimento de Cargos de Conselheiros, nos casos de vacância e término de mandato;

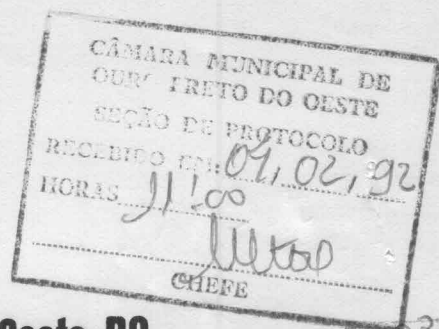
VI - Nomear e dar posse aos membros do Conselho;

VII - Gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não-governamentais;

VIII- Propor modificações nas estruturas dos departamentos e órgãos da administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Opinar sobre o Orçamento Municipal destinado à Assistência Social e ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias a consecução da política formulada;

X - Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programas culturais, esportivos e de lazer voltados para a infância e a juventude;



Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Proc. R.º 030/92
fis. 010
Ultra

F1.06

XI - Proceder à inscrição de programas de proteção e sócio-educativa de entidades governamentais e não-governamentais, no forma dos artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069/90.

XII - Fixar critérios de utilização, através de plano de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda da criança ou adolescente, órfão ou abandonado de difícil colocação familiar.

Art. 9º - O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

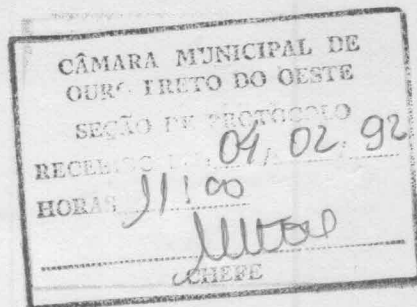
CAPÍTULO III
DO CONSELHO TUTELAR

Seção I
Disposições Gerais

Art. 10 - Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco membros para mandato de (03) três anos, permitindo-se uma recondução.

Art. 11 - Os Candidatos serão indicados por entidades governamentais, não-governamentais, podendo ser de classe, religiosa, sindicatos e associações e, escolhidos em assembléia convocada e presidida pelo Presidente do CMDCA, na forma da Lei, e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

§ 1º - Podem votar somente o representante da entidade ou na sua ausência o substituto legal.



Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Proc. n.º 030/92

Fis. 011
Melo

Fl.07

§ 2º - A escolha dar-se-á com qualquer número de entidades presentes no local, dia e hora previsto no edital.

Art. 12 - O processo de escolha será organizado mediante resolução do CMDCA, na forma desta Lei.

Art. 13 - A candidatura é por indicação através de entidades descritas no artigo 11 desta Lei, sem vinculação a Partido Político.

Art. 14 - Somente poderão concorrer à escolha os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a vinte e um (21) anos;
- III - Residir no Município há mais de dois (02) anos;
- IV - Estar no gozo dos direitos políticos;
- V - Possuir nível médio no mínimo;
- VI - Reconhecida experiência de, mínimo, dois (02)

anos no trato com criança ou adolescente.

Art. 15 - A candidatura deverá ser registrada pelo pretendente candidato no prazo estabelecido em edital, mediante apresentação de requerimento endereçado ao CMDCA, acompanhado do documento probatório de indicação, documentos pessoais e de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 16 - Terminado o prazo para o registro das candidaturas, o CMDCA publicará o edital, na forma prevista na Lei Orgânica do Município, informando o nome dos candidatos registrados.

Seção III

Da realização da Escolha

Art. 17 - Empossados os membros do Conselho Tutelar, se //



CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO	04/02/92
HORAS	11:00
[Assinatura]	
CHIEFE	

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

Fl.08

Proc. n.º 030/92
fis. 012
[Assinatura]

is meses antes de expirar o mandato, o CMDCA, tomará providências para escolha dos novos membros para o Conselho Tutelar.

Art. 18 - É vedada a propaganda de candidatos nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

Art. 19 - É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições:

Art. 20 - As cédulas serão confeccionadas pela Prefeitura, mediante modelo elaborado pelo CMDCA.

Art. 21 - À medida que os votos forem apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações que serão decididas de plano pelo CMDCA em caráter definitivo.

Art. 22 - Concluída a apuração dos votos, o CMDCA proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de votos recebido.

§ 1º - Os cinco mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 2º - Ocorrendo empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 3º - Os candidatos eleitos serão nomeados pela Prefeitura, tomando posse no cargo de Conselheiro no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

§ 4º - Ocorrendo a vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido maior número de votos.

Art. 23 - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes dos artigos 95 e 136 da Lei nº 8.069/90.



Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

CÂMARA MUNICIPAL DE
OURO PRETO DO OESTE
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDA 04, 02, 92
HORAS 11:00
CHIEFE

Fl.09

Art. 24 - O Presidente do Conselho, será escolhido pelos seus Pares na primeira sessão.

Parágrafo único - Na falta ou impedimento do Presidente, assumirá a presidência, sucessivamente, o conselheiro mais antigo ou mais idoso.

Art. 25 - As sessões serão instaladas com o mínimo de três conselheiros.

Art. 26 - O Conselho atenderá informalmente as partes, mantendo registros das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata o seu resumo.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria de voto, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 27 - As sessões realizadas em dias úteis, no horário das 14:00 às 18:00 e das 20:00 às 22:00 horas.

Parágrafo único - O Conselho deverá manter plantão aos sábados, domingos e feriados, na forma estabelecida em regimento interno.

Art. 28 - O Conselho manterá uma secretária geral, destinada ao suporte administrativo ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura.

Art. 29 - A competência será determinada:

- I - Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;
- II - Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsáveis.

§ 1º - No caso de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas de proteção, poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsáveis, ou da sede da entidade que abrigar a criança ou adolescente.



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO	04/02/92
HORAS	11:00
CHEFE	

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

PROC. N.º 030/92
Fol. 014
Muroy

Fl.10

Art. 30 - Perderá o mandato o conselheiro que se ausentar injustificadamente em três sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato, ou for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único - A perda do mandato será decretada pelo CMDCA, mediante provocação do Ministério Público, do próprio Conselho ou de qualquer eleitor, assegurada a ampla defesa.

Art. 31 - Em prazo hábil, realizar-se-á a primeira eleição para o Conselho Tutelar, observando-se quanto a convocação, o disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 32 - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, após nomeação de seus membros, elaborará o seu regimento interno, elegendo o seu Presidente.

Art. 33 - Os membros do Conselho Tutelar poderão ser remunerados, observando o seguinte:

- a) se funcionário público e caso perceba remuneração inferior a fixado para o Conselheiro, fará jus a complementação a título de gratificação;
- b) se funcionário público e tendo remuneração superior à fixada ao cargo de Conselheiro, poderá optar pela remuneração do respectivo vínculo empregatício;
- c) se não funcionário público, fará jus a remuneração integral;

Parágrafo único - Na hipótese de órgão público e se esse não assumir os ônus do servidor, o Município o fará, para o que, fica autorizado.

Art. 34 - A remuneração do Conselheiro, membro do Conselho Tutelar é fixada equivalente à remuneração inicial de profissional de Nível Superior, do quadro de pessoal do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO DO OESTE	
SEÇÃO DE PROTOCOLO	
RECEBIDO EM	04/02/92
HORAS	11:00
[Assinatura]	
CHEFE	

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste-RO
GABINETE DA PREFEITA

PROC. N.º 030/92
Fol. 015
[Assinatura]

Fl.11

Parágrafo único - As ausências dos Conselheiros nas escalas de trabalho e/ou nas reuniões do Conselho, serão descontadas da remuneração mensal do Conselheiro, aplicando para isso e no que couber a Lei nº 13/84.

Art. 35 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

[Assinatura]
JOSELITA ARAÚJO DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
04/02/92	Nº 030/92
Ultor	
RESPONSÁVEL	

Proc. N.º 030/92
 fis. 016
 Ultor

AO EXM.º. SR.º.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE-RO.
 SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS :
 EM, 04-02-92 .

Ultor
 Maria Teixeira de Oliveira Coelho
 Serviços de Protocolo
 Portaria Nº 35/CMOPO/RO/91

AO Assessor Jurídico,
 Usegue o presente processo
 pl conhecimento.

Em, 05.02.92
 Juarez

A Seção Legislativa
 Enviar projeto de lei ao Conselho
 Pleno do pleário.-
 Em, 07. Fevereiro. 1992.-

Juarez
 José Martins dos Anjos
 Assessor Jurídico
 Port. Nº 091/CMOPO/90

AO Plenário,
 segue o referido Projeto de lei, para
 conhecimento.

Em, 17
 02
 92

Juarez

ASSESSORIA JURÍDICA

Proc. n.º 030/92
fol. 017
Jutor

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

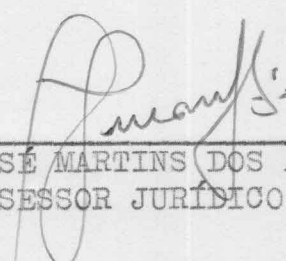
"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

O Projeto é constitucional, encontra-se em boa técnica Legislativa e regular redação, podendo pois ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação, Orçamentos e Finanças e Educação, Saúde e Assistência Social.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.



JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR JURÍDICO.

Proc. n.º 030/92

fls. 018

Uto

RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

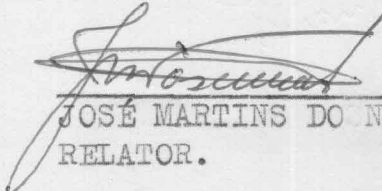
PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 007/92

Somos de parecer favorável ao Projeto desde que aceita a Emenda supressiva nº 01 que ora apresentamos separado.

O Projeto é constitucional, mas necessita da presente Emenda.

É nosso parecer.

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 1.992.



JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
RELATOR.

Proc. n.º 030/92

fol. 018

luto

RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR No 007/92

Somos de parecer favorável ao Projeto desde que aceita a Emenda supressiva nº 01 que ora apresentamos separado.

O Projeto é constitucional, mas necessita da presente Emenda.

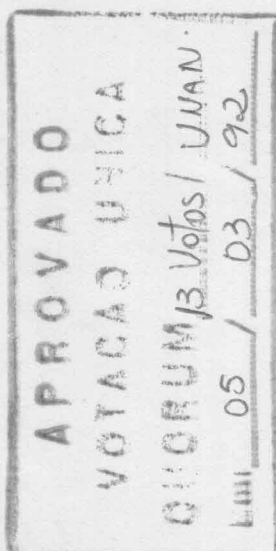
É nosso parecer.

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 1.992.


JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
RELATOR.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01

Proc. n.º 030/92
fs. 019
Lutal



FICAM SUPRIMIDOS OS ARTIGOS 33 E 34 DO PROJETO
DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1.992.

J U S T I F I C A T I V A

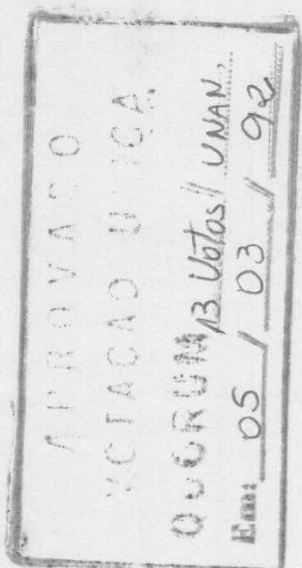
Cremos nós que a remuneração aos membros do Conselho tutelar não é necessária, uma vez que um Conselho remunerado irá resultar numa disputa por cargos ou seja mais um cabide de emprego, ora se não houver remuneração cremos nós que o Conselho melhor funcionará.

Ouro Preto do Oeste-RO, em 25 de fevereiro/92.


JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
Autor da Emenda - Relator.

Proc. n.º 030/92
fs. 020
Mural

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 007/92

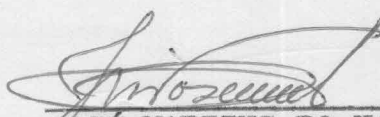
O presente Projeto é constitucional, encontra-se em boa técnica e regular redação, acompanhamos o relator em seu parecer favorável desde que aprovada a Emenda apresentada pelo mesmo e que ora adotamos.

Acredita a Comissão que a remuneração ao Conselho tutelar em muito irá onerar os cofres públicos Municipal, já tão defasados.

Assim sendo, somos de parecer favorável ao Projeto desde que suprimidos os artigos 33 e 34 conforme Emenda Supressiva apresentada.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.


JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
PRESIDENTE.


SANTOS PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO.


FRANCISCO DE ASSIS A. BASTOS
MEMBRO.

Proc. n.º 030/92

fol. 020

lilil

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 007/92

O presente Projeto é constitucional, encontra-se em boa técnica e regular redação, acompanhamos o relator em seu parecer favorável desde que aprovada a Emenda apresentada pelo mesmo e que ora adotamos.

Acredita a Comissão que a remuneração ao Conselho tutelar em muito irá onerar os cofres públicos Municipais já tão defasados.

Assim sendo, somos de parecer favorável ao Projeto desde que suprimidos os artigos 33 e 34 conforme Emenda Supressiva apresentada.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.

João Martins do Nascimento

JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
PRESIDENTE.

Santos Pereira dos Santos


SANTOS PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO.

Francisco de Assis A. Bastos

FRANCISCO DE ASSIS A. BASTOS
MEMBRO.

Proc. n.º 030/92
Fol. 021
Luta

A comissão Permanente de Orçamentos e Finanças,
para dar o parecer no prazo regimental de
03 (três) dias.


Neuza de Souza Rolis Machado

Em, 25
02
92.

Estado de Rondônia.
Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Vereador Braz Resende
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamentos e Finanças
ao uso das atribuições que lhe conferem o Art.
1º do Regimento Interno.


RESOLVE designar o Vereador

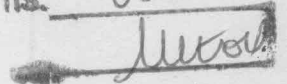
(O) MESMO

membro desta Comissão, para atuar como Relator
do presente 371/92 Projeto

Sala das Reuniões das Comissões Permanentes
da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste,
em 25 de fevereiro de 1992

Presidente das Comissões


Braz Resende
Vereador PDT

RELATOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

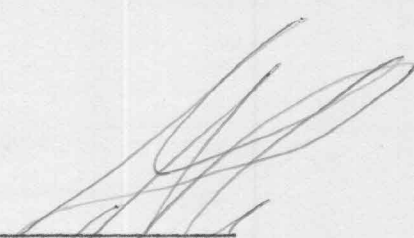
"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 007/92

Em detida análise ao presente Projeto, somos de parecer favorável ao mesmo desde que sejam suprimidos os artigos 33 e 34 do Projeto que tratam da remuneração aos membros do Conselho tutelar, uma vez que somos de parecer que este Conselho sendo remunerado será na realidade um desgaste nos cofres do Município já tão defasados.

Assim sendo somos de parecer favorável ao Projeto com a Emenda apresentada.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.


BRAZ RESENDE
RELATOR.

RELATOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.


"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 004/92

Em detida análise ao presente Projeto, somos de parecer favorável ao mesmo desde que sejam suprimidos os artigos 33 e 34 do Projeto que tratam da remuneração aos membros do Conselho tutelar, uma vez que somos de parecer que este Conselho sendo remunerado será na realidade um desgaste nos cofres do Município já tão defasados.

Assim sendo somos de parecer favorável ao Projeto com a Emenda apresentada.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.


BRAZ ROSENDE
RELATOR.

COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 3 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

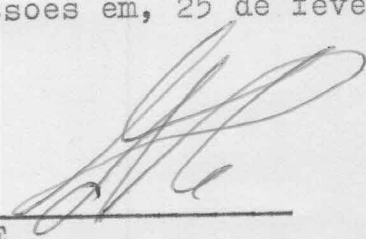
"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

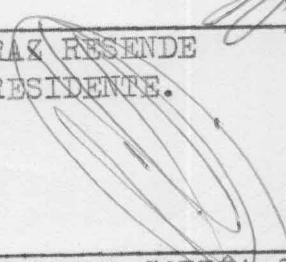
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 007/92


A Comissão em análise ao Projeto e a Emenda a apresentada é favorável ao Projeto com a Emenda Supressiva nº 01 ou seja suprimir os artigos 33 e 34 do Projeto.

Acolhemos a justificativa da Emenda, é nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.


BRAX RESENDE
PRESIDENTE.


SALATIEL CORREIA CARNEIRO
SECRETÁRIO.


NASMARON MOREIRA DOS SANTOS
MEMBRO.

Proc. n.º 030/92
fa. 023
Mota

COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 Votos / UNAN.
1.º 05 / 03 / 92

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 004/92

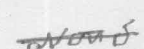
A Comissão em análise ao Projeto e a Emenda a apresentada é favorável ao Projeto com a Emenda Supressiva nº 01 ou seja suprimir os artigos 33 e 34 do Projeto.

Acolhemos a justificativa da Emenda, é nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.


BRAZ RESENDE
PRESIDENTE.


SALATIEL CORRÊA CARNEIRO
SECRETÁRIO.


NASMARON MOREIRA DOS SANTOS
MEMBRO.

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

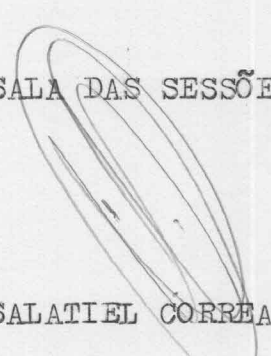
Proc. n.º 030/92
fol. 024
Ultrap

EMENDA ADITIVA Nº 001/92

PROJETO DE LEI Nº 371/92 EM SEU ARTIGO 6º.

VII - OS RECURSOS ORIUNDOS DOS INCISOS II, III, IV, V E VI, DEVERÃO SER AUTORIZADOS PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

SALA DAS SESSÕES EM, 05 DE MARÇO DE 1992 .


SALATIEL CORREA CARNEIRO
VEREADOR - AUTOR.

A comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência Social, para dar o parecer no prazo regimental de 03 (três) dias.

Em, 25
02
92

Machado
Neusa de Souza Kottis Machado

Estado de Rondônia
Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Vereador Manoel Epaminondas dos Santos
Presidente da Comissão Permanente de

Educação, Saúde e Assistência Social
no uso das atribuições que lhe conferem o Art.
do Regimento Interno

RESOLVE designar o Vereador

MESMO
membro desta Comissão, para atuar como Relator
do presente Projeto de Lei n.º 371 / 92
bata das Reuniões das Comissões Permanen-
tes da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
em 25 de fevereiro de 1992
Presidente das Comissões

Manoel Epaminondas dos Santos

Manoel Epaminondas dos Santos
Vereador

Proc. n.º 030/92
fis. 026
Mucop

RELATOR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSIS-
TENCIA SOCIAL

PROJETO DELLEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA

QUORUM 13 Votos/ UNAN.

Em: 05 / 03 / 92

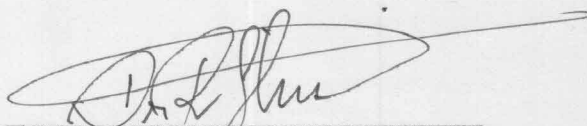
"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE
JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 002/92

Este Relator em análise ao Projeto adota por brevidade o parecer das Comissões anteriores quais sejam a aprovação do Projeto com a Emenda Supressiva nº 01.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992 .



RICARDO DIAS L. IBANÊZ
RELATOR.

Proc. R.º 030/92
Fm. 026
Lutal

RELATOR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSIS-
TENCIA SOCIAL

PROJETO DELLEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

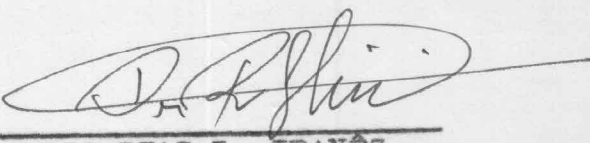
"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE
JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 002/92

Este Relator em análise ao Projeto adota por brevidade o parecer das Comissões anteriores quais sejam a aprovação do Projeto com a Emenda Supressiva nº 01.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992 .


RICARDO DIAS L. IBANÊZ
RELATOR.

Proc. n.º 030/92
fis. 027
Mittal

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCI-
AL

APPROVAÇÃO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

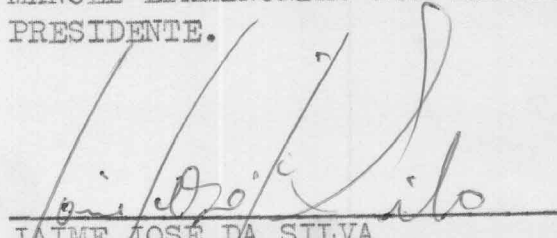
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 002/92

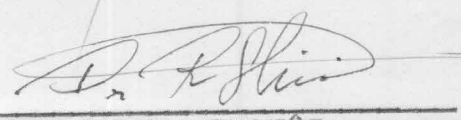
Esta Comissão em detida análise ao Projeto adotada por brevidade o parecer das Comissões anteriores quais sejam a aprovação do Projeto com a Emenda Supressiva nº 01.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.

MANOEL EPAMINONDAS DOS SANTOS
PRESIDENTE.


JAIME JOSÉ DA SILVA
SECRETÁRIO.


RICARDO DIAS L. IBANÊZ
MEMBRO.

Alta

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCI-
AL

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM *B* Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

PROJETO DE LEI Nº 371 DE 03 DE FEVEREIRO DE 92.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 002/92

Esta Comissão em detida análise ao Projeto adotada por brevidade o parecer das Comissões anteriores quais sejam a aprovação do Projeto com a Emenda Supressiva nº 01.

É nosso parecer.

Sala das Sessões em, 25 de fevereiro de 1.992.

MANOEL EPAMINONDAS DOS SANTOS
PRESIDENTE.

Jaime José da Silva
JAIME JOSÉ DA SILVA
SECRETÁRIO.

Ricardo Dias L. Ibanêz
RICARDO DIAS L. IBANÊZ
MEMBRO.

Ao Plenário:

Segue o referido, Projeto de Lei, para discussões e votação única dos pareceres n.ºs 007/92 de Comissão Permanente de Justiça e Redação e Orçamentos e Finanças, 002/92 de Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência Social, bem como 1ª votação do mesmo.

Em 05
03
92

Assinado
Neusa de Souza Ratts Machado

OBS: Apresentada e aprovada em Plenário, uma Emenda Aditiva ao referido Projeto de Lei, de autoria do Vereador Salatiel Correia Carneiro.

Em 05
03
92

Assinado
Neusa de Souza Ratts Machado

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

Projeto de Lei nº 341

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 09 / 03 / 92

Proc. n.º 030/92
Fol. 029
Mito

De 03 De Fevereiro De 1992.

"ALTERA OS DISPOSITIVOS DA
LEI Nº 323 DE 07 DE JUNHO DE
1991, E DÁ OUTRAS PROVIDEN-
CIAS."

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Oeste. ✓
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono
a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 323 de 07 de Junho de 1991, passa a
vigorar com a seguinte redação:

" CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de
atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece
normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do
adolescente, no Município, far-se-á através de:

I - Políticas Sociais Básicas de educação, saúde, re-
creação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que
asseguram o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e so-
cial da criança e do adolescente, em condições de liberdade e digni-
dade;

II - Política e Programas de Assistência Social, em
caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - Serviços Especiais, nos termos desta Lei

[Assinatura]

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 09 / 03 / 92

F1.02

Parágrafo único - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Tutelar.

Art. 4º - O Município poderá criar os programas e serviços a que referem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam a:

- a) prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) identificação e localização dos pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social.

P.

APROVADO
1ª VOTAÇÃO

QUORUM 13 Votos / UNAN.

Em: 05 / 03 / 92

APROVADO
2ª VOTAÇÃO

QUORUM 14 Votos / UNAN.

Em: 09 / 03 / 92

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROC. N.º 030/92

Fcs. 031

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete da Prefeita, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II da Lei nº 8.069/90.

Parágrafo único - O Conselho administrará o fundo de recursos destinados ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º - Fica criado o Fundo Municipal dos direitos da criança e do adolescente, como captador dos recursos que o constitui, abaixo discriminados:

I - Pela dotação consignada anualmente no Orçamento do Município, para Assistência Social voltada à criança e ao adolescente;

II - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Pelos valores provenientes de multas de correntes de condenações em ações cíveis ou imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;

V - Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital;

VI - Por outros recursos que lhe forem destinados.

VII - Os recursos oriundos dos incisos II, III, IV, V e VI, deverão ser autorizados pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é composto de dez (10) membros sendo:

P

APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

APROVADO
2ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 09 / 03 / 92

PROC. R.º 030/92
Fol. 032
Mota

F.04

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
- IV - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- V - Um representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social;
- VI - Cinco representantes de entidades não governamentais, podendo ser filantrópicas, religiosas, associações e sindicatos.

§ 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias, serão indicados pelo Prefeito Municipal dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de vinte dias, contado da solicitação para nomeação pelo Conselho.

§ 2º - Os representantes de organizações da sociedade civil, serão eleitos pelo voto das entidades de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sede no Município, reunida em assembléia convocada pelo Prefeito Municipal, mediante edital publicado na forma prevista na Lei Orgânica do Município, e no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação e posse pelo Conselho.

§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes, exercerão mandato de (03) três anos, admitindo-se a renovação por uma vez e por igual período.

§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

P.

APROVADO	
1.ª VOTAÇÃO	
QUORUM	13 Votos / UNAN.
Em:	05 / 03 / 92

APROVADO	
2.ª VOTAÇÃO	
QUORUM	13 Votos / UNAN.
Em:	09 / 03 / 92

Fl. 05

§ 6º - A nomeação e posse do primeiro Conselho, far-se-á pela Prefeita Municipal, obedecida a origem das indicações.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execuções;

II - Opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;

III - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, a que se refere os incisos II e III do artigo 3º desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

IV - Elaborar seu Regimento Interno;

V - Solicitar as indicações para o preenchimento de Cargos de Conselheiros, nos casos de vacância e término de mandato;

VI - Nomear e dar posse aos membros do Conselho;

VII - Gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não-governamentais;

VIII- Propor modificações nas estruturas dos departamentos e órgãos da administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Opinar sobre o Orçamento Municipal destinado à Assistência Social e ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias a consecução da política formulada;

X - Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programas culturais, esportivos e de lazer voltadas para a infância e a juventude;

P.

APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

APROVADO	PROC. N.º 030/92
2ª VOTAÇÃO	Fol. 034
QUORUM 14 Votos / UNAN.	Uitbol
Em: 09 / 03 / 92	

F1.06

XI - Proceder à inscrição de programas de proteção e sócio-educativa de entidades governamentais e não-governamentais, na forma dos artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069/90.

XII - Fixar critérios de utilização, através de plano de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda da criança ou adolescente, órfão ou abandonado de difícil colocação familiar.

Art. 9º - O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO III DO CONSELHO TUTELAR

Seção I Disposições Gerais

Art. 10 - Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco membros para mandato de (03) três anos, permitindo-se uma recondução.

Art. 11 - Os Candidatos serão indicados por entidades governamentais, não-governamentais, podendo ser de classe, religiosa, sindicatos e associações e, escolhidos em assembléia convocada e presidida pelo Presidente do CMDCA, na forma da Lei, e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

§ 1º - Podem votar somente o representante da entidade ou na sua ausência o substituto legal.

P-

APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
05 / 03 / 92

APROVADO
2ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 09 / 03 / 92

Proc. R.º 030/92
fis. 035
J. U. U.

Fl.07

§ 2º - A escolha dar-se-á com qualquer número de entidades presentes no local, dia e hora previsto no edital.

Art. 12 - O processo de escolha será organizado mediante resolução do CMDCA, na forma desta Lei.

Art. 13 - A candidatura é por indicação através de entidades descritas no artigo 11 desta Lei, sem vinculação a Partido Político.

Art. 14 - Somente poderão concorrer à escolha os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a vinte e um (21) anos;
- III - Residir no Município há mais de dois (02) anos;
- IV - Estar no gozo dos direitos políticos;
- V - Possuir nível médio no mínimo;
- VI - Reconhecida experiência de, mínimo, dois (02) anos no trato com criança ou adolescente.

Art. 15 - A candidatura deverá ser registrada pelo pretendente candidato no prazo estabelecido em edital, mediante apresentação de requerimento endereçado ao CMDCA, acompanhado do documento probatório de indicação, documentos pessoais e de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 16 - Terminado o prazo para o registro das candidaturas, o CMDCA publicará o edital, na forma prevista na Lei Orgânica do Município, informando o nome dos candidatos registrados.

Seção III

Da realização da Escolha

Art. 17 - Empossados os membros do Conselho Tutelar, se

P.

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 09 / 03 / 92

PROC. N.º 030/92
036
Littag

Fl.08

is meses antes de expirar o mandato, o CMDCA, tomará providências para escolha dos novos membros para o Conselho Tutelar.

Art. 18 - É vedada a propaganda de candidatos nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

Art. 19 - É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições:

Art. 20 - As cédulas serão confeccionadas pela Prefeitura, mediante modelo elaborado pelo CMDCA.

Art. 21 - À medida que os votos forem apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações que serão decididas de plano pelo CMDCA em caráter definitivo.

Art. 22 - Concluída a apuração dos votos, o CMDCA proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de votos recebido.

§ 1º - Os cinco mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 2º - Ocorrendo empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 3º - Os candidatos eleitos serão nomeados pela Prefeitura, tomando posse no cargo de Conselheiro no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

§ 4º - Ocorrendo a vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido maior número de votos.

Art. 23 - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes dos artigos 95 e 136 da Lei nº 8.069/90.

P

PROC. N.º 030/90
037
Mutoy

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 09 / 03 / 92

F1.09

Art. 24 - O Presidente do Conselho, será escolhido pelos seus Pares na primeira sessão.

Parágrafo único - Na falta ou impedimento do Presidente, assumirá a presidência, sucessivamente, o conselheiro mais antigo ou mais idoso.

Art. 25 - As sessões serão instaladas com o mínimo de três conselheiros.

Art. 26 - O Conselho atenderá informalmente as partes, mantendo registros das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata o seu resumo.

Parágrafo único - As decisões serão tomadas por maioria de voto, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 27 - As sessões realizadas em dias úteis, no horário das 14:00 às 18:00 e das 20:00 às 22:00 horas.

Parágrafo único - O Conselho deverá manter plantão aos sábados, domingos e feriados, na forma estabelecida em regimento interno.

Art. 28 - O Conselho manterá uma secretária geral, destinada ao suporte administrativo ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura.

Art. 29 - A competência será determinada:

- I - Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;
- II - Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsáveis.

§ 1º - No caso de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas de proteção, poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsáveis ou da sede da entidade que abrigar a criança ou adolescente.

P.

APROVADO
1ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Votos / UNAN.
Em: 05 / 03 / 92

APROVADO
2ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 Votos / UNAN.
Em: 09 / 03 / 92

Fla. 10

Art. 30 - Perderá o mandato o conselheiro que se ausentar injustificadamente em três Sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato, ou for condenado por sentença irre^{re}corrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada pelo CMDCA, mediante provocação do Ministério Público, do próprio Conselho ou de qualquer eleitor, assegurada a ampla defesa.

Art. 31 - Em prazo hábil, realizar-se-á a primeira eleição para o Conselho Tutelar, observando-se quanto a convocação, o disposto no Artigo 1º desta Lei.

Art. 32 - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, após nomeação de seus membros, elaborará o seu regimento interno, elegendo o seu Presidente.

Art. 33 - Fica o Poder Executivo autorizado a 'abrir Crédito Adicional para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei.'

Art. 34 - Esta Lei entrará em vigor na data de 'sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Proc. R.º 030/90
Fls. 038
[Assinatura]

[Assinatura]
Tarciso Davino de Castro
Presidente